



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1005048-79.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Ação Popular - Ato Lesivo ao Patrimônio Artístico, Estético, Histórico ou Turístico**  
 Requerente: **Elias Chediek Neto**  
 Requerido: **Edson Antonio Edinho da Silva e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

**Vistos, etc.**

**ELIAS CHEDIEK NETO**, qualificado na inicial, propôs **AÇÃO POPULAR** contra **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e **EDSON ANTONIO EDINHO DA SILVA**, juntando com a inicial de fls.02/13, os documentos de fls.15/26. Alegou, em resumo, que os réus fizeram publicar o edital de chamamento nº011/2018, com a finalidade de contratar projetos artísticos com o tema "Lutar e resistir: pela garantia dos direitos conquistados", para a celebração do dia do trabalhador, 1º de maio, sendo que aos autores dos projetos vencedores será destinada a quantia de R\$1.000,00. Narrou que consta do edital que os projetos de músicas, teatro, dança, literatura, artes visuais, artes plásticas, audiovisual e circense, devem ter como norte posição contrária à reforma trabalhista (leis ns. 13.429/17 e 6.787/16) e à reforma da previdência (em tramitação no congresso nacional), fato este que denota posição político-partidária, o que não se permite às custas do erário público. Em razão de tal fato, requereu tutela de urgência visando suspender os efeitos do edital, bem como a condenação do requerido Edson Antonio Edinho da Silva, Prefeito Municipal, ao pagamento dos valores dispendidos no certame, além da condenação nas sanções da lei de improbidade administrativa.

A tutela de urgência foi parcialmente deferida, determinando-se a suspensão do pagamento de qualquer valor aos vencedores dos projetos (fls.17/18).

Os requeridos foram citados e ofertaram contestação (fls.55/67) com a juntada de documentos (fls.68/96). Arguiram, em resumo, inépcia da inicial por ausência de demonstração do ato lesivo ao patrimônio público, inadequação da via eleita, vez que os pedidos não visam à anulação de ato lesivo ao patrimônio público, ilegitimidade passiva, tendo em vista que o evento foi realizado por pessoa jurídica diversa, qual seja, pela FUNDART – Fundação de Arte e Cultura do Município, perda do objeto, vez que o evento já ocorreu, impossibilidade de tramitação prioritária, vez que o pedido não se relaciona com direitos próprios do autor, e, no mérito, sustentaram que o tema escolhido e definido para o evento foi debatido com diversas instituições, o que demonstra que não se trata de certame com viés político-partidário. Pugnaram pela improcedência da ação, caso não acolhidas as preliminares.

Réplica às fls.112/121.

O Ministério Público manifestou-se às fls.126/131, opinando pela abertura de instrução ou, em caso de julgamento no estado, pela parcial procedência da ação, com o afastamento das preliminares.

O autor requereu a desconsideração do pedido de aplicação das sanções da lei de improbidade administrativa ao requerido Edson Antonio Edinho da Silva (fl.135).

É o breve relatório.

**DECIDO.**

O presente feito merece decisão no estado em que se encontra, uma vez que não há necessidade da produção de provas em audiência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Afasta-se as preliminares.

A questão levantada pelos réus, quanto à ausência de demonstração de ato lesivo ao erário, está ligada ao mérito da causa e com esta será apreciada.

A inicial preenche todos os requisitos legais e menciona o que entendeu o autor como sendo prejuízo ao erário, qual seja, o pagamento do prêmio aos vencedores do concurso. A causa de pedir está bem delineada, assim como o pedido, permitindo ampla defesa.

Não há, pois, falar em inépcia da inicial ou inadequação da via eleita.

Também não há falar em ilegitimidade passiva.

Denota-se que o Município de Araraquara participou do ato de chamamento. Na verdade, deflagrou o certame em conjunto com a FUNDART (por meio desta), como se pode observar do próprio edital de chamamento.

Sendo assim, o Município de Araraquara deve integrar o polo passivo da ação, assim como a pessoa do Prefeito Municipal, pois este é responsável pelos atos de governo praticados pela pessoa jurídica de direito público.

E o fato de já ter sido realizado o evento não traduz perda do objeto da ação. Vale ressaltar que foi determinado o não pagamento do prêmio, até segunda ordem Judicial.

Assim, o objeto da ação, qual seja, proteção do erário público, encontra-se preservado, sendo certo que, em caso de procedência da ação, o pedido do autor será atendido.

O objeto do feito, pois, não se esvaziou com a realização do evento.

E quanto ao pedido de prioridade por idade, denota-se que o Juízo não a decretou, razão pela qual não há que se analisar tal questão.

No mérito, a ação é improcedente.

Segundo **José Afonso da Silva** “A ação popular constitucional brasileira é um instituto processual civil, outorgado a qualquer cidadão como garantia político-constitucional (ou remédio constitucional), para a defesa do interesse da coletividade, mediante a provocação do controle constitucional corretivo de atos lesivos ao patrimônio público, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.”.<sup>1</sup>

Nesse mesmo diapasão a lição de **Seabra Fagundes**, aduzindo que a ação popular “... é instrumento posto a serviço dos membros da coletividade para o controle permanente da legitimidade extrínseca (e às vezes também intrínseca) do procedimento administrativo.”.<sup>2</sup>

Em outros termos, trata-se de uma ação constitucional que, por ser exercício de direito de ação por parte do legitimado (cidadão), exige o preenchimento de requisitos para que possa permitir que o Magistrado chegue a uma decisão de mérito buscando preservar o erário público.

Um desses requisitos é a comprovação da presença do binômio ilegalidade/lesividade na prática o ato apontado como irregular.

*In casu*, sustenta o autor que há viés político-partidário no certame lançado pela Municipalidade, vez que os projetos a serem apresentados pelos interessados-concorrentes devem ter como norte o tema “Lutar e resistir: pela garantia dos direitos conquistados”.

<sup>1</sup> SILVA, José Afonso. *Ação popular constitucional: doutrina e processo*. 2ª e.. São Paulo: Malheiros, 2007. p. 100.

<sup>2</sup> FAGUNDES, Miguel Seabra. *Da ação popular*. In Revista Forense. Rio de Janeiro: Jurídica, 1947. v 112, p.05-13.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

Pois bem!

Conquanto se possa verificar no cabeçalho do edital de chamamento que se trata de contratação de projetos com o tema "Lutar e resistir: pela garantia dos direitos conquistados", não se pode afirmar que há, na expressão utilizada, viés político-partidário.

Ora, o certame foi deflagrado para ter vigência no período de celebração do dia internacional do trabalhador, 1º de maio, e, à evidência, o debate que se trava nesta data é aquele que versa sobre conquistas e direitos do trabalhador.

O edital de chamamento, como se percebe às fls.20/23, embora na sua justificativa (item II) faça referência quanto às mudanças na lei trabalhista e ao projeto de reforma da previdência, não obriga o participante a expressar sentimento (ou arte) contrário às mesmas.

Tanto assim, que no item VI (Da Seleção) não há referência à obrigação de apresentar posição contrária ou favorável ao tema em debate.

Não se pode afastar, pois, a possibilidade de ser apresentado projeto defendendo que as mudanças na lei trabalhista representam "garantia dos direitos conquistados".

Ainda que, repita-se, o item II do edital de chamamento traga referência à reforma trabalhista como "desmonte de direitos conquistados" (sic), não se pode afirmar que somente propostas contrárias à reforma se sagrarão vencedoras do certame.

Não há cláusula no edital explicitando esta situação.

E não há nos autos indícios de que a comissão avaliadora agirá (ou agiu) com viés político-partidário, nem mesmo ideológico, pois, como dito, para sagrar-se vencedor, o projeto não tinha que observar, como requisito obrigatório, críticas à reforma trabalhista. Não há nada neste sentido no edital.

E não há prova de que o panfleto de fls.24/25 tenha sido produzido pelo Município. Também não há prova de que referido panfleto foi confeccionado com o brasão do Município com a concordância deste. Ou que sua distribuição se deu com dinheiro público.

E não há falar em ilegalidade de custeio por parte do Município, de projetos que contenham manifestações contrárias ou favoráveis às mudanças legislativas.

Ora, trata-se de um concurso público, aberto para participação de qualquer cidadão, com liberdade de expressão.

E não se pode negar que a manifestação popular, especialmente através das artes (músicas, teatro, dança, etc.), quase sempre contera vivências da sociedade de uma forma em geral, inclusive questões envolvendo a relação entre Cidadão e Estado.

Assim, por não verificar a presença do alegado viés político-partidário no chamamento público em debate na causa, não há falar em prejuízo ao erário.

Mostrava-se preciso, para a procedência da ação, evidenciar os autos a existência de ato administrativo lesivo, inconveniente e injusto. Em resumo, ato violante dos critérios de conveniência e oportunidade.

Além disso, de forma indubitosa, demonstrar que a concorrência deflagrada provoca dano ao patrimônio público, para haver condenação.

Como dito, observando-se a data em que se passa o evento, não se constata a tese inicial de que o ato fere a moralidade pública.

O pedido formulado, pois, deve ser rejeitado, na medida em que o fato objeto da presente ação não infringe ao binômio ilegalidade-lesividade, condição essencial para o acolhimento do pedido e mérito da ação popular.

O que se verifica é a vontade do agente público de fomentar o debate sobre as reformas que atingem a todos trabalhadores, sem, necessariamente, premiar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

somente aqueles que são contrários às mesmas.

Ensina **Rodolfo de Camargo Mancuso** que “...nos casos mais ocorrentes continuará sendo necessário que a causa de pedir na ação popular invoque o binômio ilegalidade-lesividade, mormente nos casos onde a procedência da ação (ou a concessão de liminar - §4º do Art. 5º da Lei nº 4.717/65) venham a ter reflexos relevantíssimos na administração pública, ...”.<sup>3</sup>

Ou, na sempre precisa lição de **Celso Antonio Bandeira de Melo**: “Assim, é certo, ante a dicção da Lei Magna, que não basta que o ato seja inválido, nem basta que seja lesivo. Em uma palavra: são requisitos cumulativos da ação popular a invalidade e a lesividade do ato que se pretende atacar. Disso decorre que a lesividade não é simplesmente o fato de comportamento administrativo ser ofensivo a ordem jurídica; ou seja, não é suscetível de ser depreendida meramente de tal evento, o que equivale a dizer que não pode ser havida como uma consequência automática embutida na invalidade. Cumpre que o comportamento objetado se apresente como agravo especificamente a um dos seguintes bens jurídicos, considerados em suas respectivas individualidades: o patrimônio público, a moralidade administrativa, o meio ambiente ou o patrimônio histórico e cultural.”.<sup>4</sup>

Nesse passo, e levando em consideração que a presente ação popular é tipicamente protetiva ao patrimônio público, não se vislumbra qualquer lesividade a bem jurídico tutelado.

Destarte, embora possa se verificar que o edital de chamamento tece críticas às reformas mencionadas, isso não é suficiente para o acolhimento do pedido formulado nesta ação popular, já que ausente o requisito da lesividade, por não encontrar o alegado viés político-partidário, vez que não condiciona ao participante concordar com referidas críticas.

Posto isto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação.

Após o trânsito em julgado, restará revogada a tutela de urgência concedida.

Não há sucumbência, pois não verificada a má-fé.

P.I.C.

Araraquara, 07 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>3</sup> MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Ação Popular*. 5ª e.. São Paulo: RT, 2003. p. 104.

<sup>4</sup> BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Considerações sobre a ação popular*. In revista Trimestral de Direito Público 16/59-66. São Paulo: RT, 1996. p. 59.